



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
GÁS P-13 E P-45

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O fornecimento de carga de gás e aquisição de cilindro de gás (GLP), necessita-se por manter as atividades diárias e operacionais desenvolvidas pelo município, efetuando a recarga de gás de cozinha e vasilhames garantindo o bom funcionamento dos espaços.

1.2. Os referentes itens visam repor e manter os serviços ofertados pelo município, sabendo que tais materiais são essenciais à continuidade e manutenção dos mesmos, sendo sua utilização de extrema necessidade para o bom funcionamento e desenvolvimento das ações, especialmente no que se refere à alimentação ofertadas pelas secretarias do município.

1.3. A presente licitação é motivada pela necessidade de aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo–GLP pelo Sistema de Registro de Preços pelo período de 12 meses, objetivando suprir a necessidade das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão na manutenção das atividades de cozinha, copa e refeitório.

1.4. As estimativas de quantidades constituem mera previsão dimensionada, e serve somente como referência para elaboração da proposta não estando o município obrigado a realiza-las em sua totalidade, não cabendo a CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto, o município se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não as quantidades previstas. O ponto de partida para definição das quantidades foi o relatório de consumo e saldo da licitação vigente.

1.5. Justificamos a aquisição e a respectiva quantidade dos produtos baseados na demanda de anos anteriores e na prévia do cardápio escolar primeiro semestre 2024. As quantidades são estimadas para o período de 12 (doze) meses.

1.6. Assim sendo, a reposição e o abastecimento regularmente feitos de botijões e cargas de gás são essenciais para garantir que as secretarias municipais possam continuar fornecendo serviços importantes aos munícipes, estando preparados para situações de imprevistos e gerindo eficientemente os recursos municipais.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

2. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

2.1. O Plano de Contratação Anual do Município de Francisco Beltrão para o ano de 2024, ainda está sendo elaborado.

3. DA ENTREGA E DO LOCAL DOS PRODUTOS

3.1.1. Da entrega

A aquisição dos produtos, será realizada de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal se será formalizada através da nota de empenho emitida pelo Município, onde contarão as quantidades e o local de entrega dos produtos.

3.1.2. Local e Horário

A entrega deverá ocorrer no endereço de cada unidade escolar e Cmei, conforme solicitado no prazo máximo de 02 (duas) horas, para entrega nas unidades urbanas após a solicitação e prazo de 24 (vinte e quatro) horas para entrega nas unidades do campo.

3.1.3. Especificações para Entrega

Justificamos o prazo de entrega dos produtos levando em consideração a impossibilidade de prever com antecedência o momento em que o gás irá acabar. Por serem utilizados pelas diversas secretarias, principalmente pelas escolas e CMEIs municipais para o preparo da alimentação dos alunos matriculados na rede municipal de ensino, assim como na UPA – Unidade de Pronto Atendimento e Centro de Saúde da Cidade Norte, que servem refeições aos pacientes que estão em observação, tornando o serviço de entrega imediato essencial para o bom funcionamento destes locais.

3.1.4. Recebimento dos Produtos

3.1.4.1. Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado. Sendo constatada irregularidade, apresentar lacre violado, danificado ou não obedecerem às exigências deste termo de referência, os produtos deverão ser recusados e o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, sem ônus para esta municipalidade, imediatamente.

3.1.4.2. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rejeitar os produtos e em desacordo com as especificações e condições deste Termo, do edital e do instrumento contratual, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-los em 12 horas. Caso a substituição/reparação dos produtos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste termo.

3.1.4.3. O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza. O contratado deverá fornecer os itens de acordo com as normas vigentes. Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

3.1.4.4. O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros fornecidos. O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a municipalidade. O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

3.1.4.5. A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.1.4.6. Para os itens em que há cota reservada, a aquisição dos produtos dar-se-á primeiramente pelos bens estabelecidos na cota reservada para participação de empresas enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte, referente a cota de 25% da quantidade total. Esgotando-se serão adquiridos aqueles registrados na cota de participação de ampla participação de empresas em geral, referente a 75% da quantidade total.

4.1.5 Encargos

As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da contratada.

4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. A aquisição de GLP (gás liquefeito de petróleo) é amplamente realizada por órgãos e entidades, com finalidade de atender as necessidades das administrações.

4.2. Foram realizadas buscas e analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto que se pretende contratar.

4.3. Possíveis cenários para suprir a demanda apresentada:

4.3.1. Uma das possibilidades seria a Adesão de Atas, porém após algumas buscas nos sistemas disponíveis, não foi encontrada nenhuma Ata de Registros de Preços disponível e capaz de atender às necessidades do município.

4.3.2. Outra possibilidade é a contratação de empresas especializadas para o fornecimento de carga de gás e aquisição de cilindro de gás (GLP).

4.4. Fazer a própria Ata de Registro de Preços é outra opção que justificaria uma proposta customizada ao objeto pretendido. Esta solução apresenta muitas vantagens, pois atenderia diretamente às demandas propostas pelo município de Francisco Beltrão – PR, tendo em vista não ser possível prever exatidão o quantitativo demandado pela administração, em decorrência da necessidade de contratação frequente, de acordo com as atividades realizadas durante o ano, atendendo a obrigação institucional de licitar como ação primordial.

4.5. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

4.6. Logo, a contratação das empresas que irão fornecer os objetos deste instrumento, se mostra perfeitamente possíveis haja vista, após busca parametrizada de fornecedores, constatar-se um vasto quantitativo de empresas cadastradas nessa linha de fornecimento, aptas ao fornecimento dos itens.

4.7. Diante das soluções acima e do embasamento da legislação vigente, sugere-se a contratação de pessoa jurídica para futuro e fracionado fornecimento de carga de gás e aquisição de cilindro de gás (GLP), a vigência da Ata, decorrente do Registro de Preços.

4.8. A escolha pela segunda solução, respeita o constante na Constituição Federal, nos termos do art. 37, inciso XXI, in verbis: - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

5. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. Para os itens carga de gás de cozinha de 13 kg e de 45 kg as proponentes deverão apresentar cópia da Autorização da ANP - Agência Nacional de Petróleo, vigente, de acordo com a Resolução nº 51 de 30 de novembro de 2016, a qual estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP e a sua regulamentação.

5.2. As proponentes ainda deverão apresentar Certificado de Vistoria atualizado expedida pela Unidade do Corpo de Bombeiros, que contemple a habilitação para o objeto licitado, de acordo com a Resolução nº 51 de 30 de novembro de 2016, a qual estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP e a sua regulamentação.

5.2.1. Para fins da análise de documentação de que trata o item anterior, serão aceitos os protocolos válidos de pedido de renovação do documento no órgão competente, solicitado antes do vencimento do mesmo, observada a legislação aplicada pela autoridade competente para expedição do documento.

5.3. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar não possui natureza continuada.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A aquisição de botijões de gás e cilindro de gás é uma parte essencial da infraestrutura de qualquer estabelecimento/secretaria que dependa do uso de gás para suas operações. A seguir, apresentamos uma descrição detalhada da fundamentação para a aquisição desses itens:

6.1.1. **BOTIJÕES DE GÁS:** Os botijões de gás são recipientes pressurizados projetados para armazenar gás sob pressão. Eles são essenciais para o armazenamento seguro e eficiente do gás. A escolha do tamanho e tipo do botijão depende das necessidades específicas do estabelecimento.

6.1.2. **CARGAS DE GÁS:** As cargas de gás são o combustível que alimenta os equipamentos a gás. A quantidade e o tipo de gás necessários dependem dos equipamentos utilizados e da frequência de uso. É importante garantir um fornecimento constante e confiável de gás



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

para evitar interrupções nas operações.

6.2. A aquisição desses itens deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades das secretarias, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do fornecedor. É importante lembrar que a segurança deve ser sempre a prioridade ao lidar com gás.

6.3. Os objetos deverão ser entregues em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade como casco amassado e/ou danificado ou fora do prazo de validade, apresentar o lacre violado, danificado, prazo de validade vencido ou não obedecerem rigorosamente às exigências do presente termo, serão recusados e o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, sem ônus para a Contratante, cujo prazo será determinado no ato, pelo responsável pela fiscalização e recebimento do bem, o qual deverá comunicar imediatamente a Secretaria solicitante, para que sejam adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

6.4. Não se aplica manutenções contratadas e/ou obrigatórias para este processo.

6.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Os produtos relacionados e o seu estimativo foram baseados no levantamento das necessidades das secretarias, nas situações programadas e na previsão de disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento.

7.2. Basicamente as secretarias se basearam nos seus quantitativos considerando o controle de consumo do último período de 12 meses, ainda considerando que estão previstos novos espaços públicos como escolas e CMEIS, com previsões de início das atividades em 2024.

Item	Descrição	Quant	Um	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	CARGA DE GLP – P45 – Gás Liquefeito De Petróleo ou gás de cozinha. Composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e NBR-14024 da ABNT.	800	UN	430,70	344.560,00
2	CARGA DE GLP – P13 – Gás Liquefeito De Petróleo ou gás de cozinha. Composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e NBR-14024 da ABNT.	800	UN	114,90	91.920,00
*3	CARGA DE GLP – P45 – Gás Liquefeito De Petróleo ou gás de cozinha. Composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e NBR-14024 da ABNT. (PARA AREA RURAL)	250	UN	442,66	110.665,00
*4	CARGA DE GLP – P13 – Gás Liquefeito De Petróleo ou gás de cozinha. Composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e NBR-14024 da ABNT. (PARA AREA RURAL)	250	UN	127,20	31.800,00
5	CASCO CILINDRO P-45 KG.	10	UN	974,65	9.746,50
6	CASCO CILINDRO P-13 KG.	15	UN	259,33	3.889,95



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Como forma de dar eficácia no artigo 5º, incisos I, II e III, do Decreto Municipal nº 508/2023 quanto a estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referenciais do Plano Anual de Contratações, contratações anteriores que o Município executou e valores de breve pesquisa de mercado, sendo que o valor ficou em torno de R\$: 592.581,45 (quinhentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos), para o período de atendimento de 12 meses.

8.2. A pesquisa de preços definitiva embasada no Decreto Municipal nº 508/2023 será feita para conclusão do termo de referência onde se trata de procedimento indispensável à verificação de valores para precificar o valor referencial máximo aceitável.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A aquisição de cilindros e gás de cozinha é uma medida estratégica que visa alcançar vários resultados positivos para a administração. Aqui encontram-se os benefícios diretos e indiretos que esperamos alcançar com essa contratação:

10.1.1. **Economicidade:** através da compra em grandes quantidades, podemos negociar melhores preços com os fornecedores, resultando em uma economia significativa para a administração.

10.1.2. **Eficácia:** com a disponibilidade adequada desses itens, podemos garantir que todas as operações relacionadas ao uso de gás de cozinha sejam realizadas sem interrupções, aumentando assim a eficácia das nossas operações.

10.1.3. **Eficiência:** ao garantir fornecimento constante desses itens, podemos evitar o desperdício de tempo e recursos humanos na busca desses materiais em diferentes fornecedores.

10.1.4. **Melhor aproveitamento dos recursos:** com a contratação desses itens, podemos liberar nossos recursos humanos, materiais e financeiros para se concentrarem em outras tarefas importantes.

10.1.5. **Impactos ambientais positivos:** ao optar por fornecedores que seguem práticas sustentáveis na produção e distribuição desses itens, podemos contribuir para a redução do consumo de papel e energia elétrica.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

10.1.6. Melhoria da qualidade dos produtos ou serviços oferecidos à sociedade: Com o fornecimento constante de gás de cozinha, podemos garantir a continuidade e a qualidade dos serviços que dependem desses recursos.

10.2. Portanto, essa contratação não só trará benefícios diretos para a Administração em termos de economicidade, eficácia e eficiência, mas também terá impactos indiretos positivos no meio ambiente e na qualidade dos serviços que oferecemos à sociedade.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

11.1. Para esta solução pode haver necessidade de ajustes nas instalações dos órgãos para garantir a segurança dos usuários e servidores.

11.2. É necessário que o setor de engenharia e obras realize uma inspeção local em cada prédio público para analisar e adequar a central de gás existente, seguindo os parâmetros mínimos exigidos pelo Corpo de Bombeiros.

11.3. Embora a maioria dos prédios públicos já possuam uma central de gás em conformidade com as normas vigentes, é importante garantir que todos estejam em conformidade com as normas de segurança relativas à central de gás.

11.4. Ademais os locais designados para os botijões de gás estão adequados no sentido de facilitar o acesso e o desligamento ágil, ficando livres de acordo com a Instrução Regulamentadora 15526 (NBR 15526).

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Importante a continuação dos trabalhos prestados para melhor andamento dos Setores.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, atualizado em agosto de 2021; Lei nº 12.305, de 2010 - para se garantir que a licitação seja conduzida de modo sustentável, a Contratada deve:

13.2. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404/2010, e Instrução Normativa 1 de 25/01/2013 – IBAMA.

13.2.1. Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013.

13.2.2. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

13.2.3. Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

13.3. Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404/2010, deverá:

13.3.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

13.3.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

13.3.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14. RISCOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO

RISCO 01: Planejamento Deficiente	PROBABILIDADE: Média IMPACTO: Médio DANOS: Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda AÇÕES PREVENTIVAS: Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA: diligenciar junto as secretarias as informações repassadas RESPONSÁVEL: Secretarias Municipais Solicitantes
RISCO 02: Elaboração do Termo de Referência, ETP.	PROBABILIDADE: Média IMPACTO: Médio DANOS: Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente atraso no início das aquisições do objeto. AÇÕES PREVENTIVAS: Elaborar adequadamente o termo de referência, ETP conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA: Refazer o termo de referência, ETP corrigindo as divergências e irregularidades presentes. RESPONSÁVEL: Setor de elaboração de TR da Secretaria Municipal de Educação
RISCO 03: Deficiências do ato convocatório, critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	PROBABILIDADE: Baixa IMPACTO: Alto DANOS: prejuízo ao atendimento das necessidades e/ou encerramento da licitação. AÇÕES PREVENTIVAS: Capacitação dos servidores, incorporação das atualizações da legislação, estabelecer rotinas de revisão. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA: Reabertura para convocação do próximo fornecedor mais bem classificado e/ou suspensão do processo licitatório. RESPONSÁVEL: Setor de Licitações



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná

RISCO 04: Inércia frente ao descumprimento de obrigações contratuais, atraso na entrega do objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato	PROBABILIDADE: Baixa IMPACTO: Alto DANOS: Deficiência na entrega dos produtos licitados, na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a Administração. Possível cancelamento da ata. AÇÕES PREVENTIVAS: Fiscalizar o contrato sobre o prazo de execução para entrega dos produtos. Capacitação de servidores. Conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA: Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual. RESPONSÁVEL: Gestor do contrato, fiscal técnico e administrativo.
RISCO 05: Elevação dos custos operacionais relacionados ao objeto. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na área ordinária da CONTRATADA, tais como fato do príncipe, caso fortuito ou força maior	PROBABILIDADE: Baixa IMPACTO: Média DANOS: Deficiência na prestação dos serviços. Possível aumento do custo da aquisição. AÇÕES PREVENTIVAS: Manter planejamento empresarial. Encaminhar solicitação de revisão de preços, com documentação comprobatória. AÇÕES DE CONTINGÊNCIA: Acompanhamento da execução do contrato e dos valores praticados no mercado. RESPONSÁVEL: Contratada e Gestor do Contrato

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, esclarecemos ser viável, do ponto de vista técnico e econômico o registro de preços para futuro fornecimento de carga de gás e aquisição de cilindro de gás (GLP), para atender às necessidades de todas as Secretarias da Administração Municipal, dada a natureza dos itens a serem licitados e o permissivo legal.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Estado do Paraná